

EDITAL nº 010/2014-CP/CONIMS

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA OS GABARITOS DAS PROVAS ESCRITAS DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, DO ESTADO DO PARANÁ.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o Edital nº 008/2014-CP/CONIMS, de 24 de março de 2014, e as respostas dos recursos referentes às questões das Provas Escritas apreciados, fundamentados e respondidos pelos docentes contratados pela COGEPS/UNIOESTE.

TORNA PÚBLICO:

Art. 1º - O resultado da análise dos recursos contra os gabaritos das Provas Escritas da Seleção Pública para o Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, do Estado do Paraná, conforme descrito a seguir:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Advogado:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
17	(X) Manter a Questão	() Anular a Questão	() Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Na forma do artigo 49 do Edital nº 001/2013-CP/CONIMS, somente uma assertiva poderia ser considerada correta, de modo que qualquer solução dúbia ou passível de dupla interpretação estaria em conflito com o disposto no Edital, senão vejamos: “Art. 49 - A Prova Escrita, contendo questões objetivas de múltipla escolha, com cinco (5) alternativas, sendo apenas uma correta, será corrigida eletronicamente.” A questão em voga, que versa sobre conhecimento de Direito Constitucional, indaga sobre dados da AÇÃO POPULAR. De acordo com o Gabarito Provisória, foi considerada CORRETA a letra E, abaixo transcrita: “O nome ação popular deriva do fato de atribuir-se ao povo, ou a parcela dele, legitimidade para pleitear, por qualquer de seus membros, a tutela jurisdicional de interesse da coletividade” Contudo, a redação do item considerado correto dá margem à interpretação dúbia, senão vejamos. É sabido que a legitimidade para propositura da ação popular NÃO é dada a qualquer pessoa do POVO, mas somente aos indivíduos detentores de DIREITOS POLÍTICOS, leia-se, OS CIDADÃOS, na forma do disposto no artigo 1º da Lei Federal 4.717/65: “Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao</p>			

patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos." A redação do item E, considerado correto, pecou no seguinte trecho: "ao povo, ou a parcela dele". O conectivo OU importa interpretação equivocada da questão, na medida em que informa ser possível a qualquer pessoa do POVO ajuizar a ação popular e também a qualquer outra pessoa integrante de parcela dessa coletividade. Tal interpretação não é condizente com a Lei nº 4717/65, pois a legitimidade ativa é mais restrita, consoante já afirmado. Diante de dúvida insuperável posta à Candidata (e a todos os demais), forçoso que a Comissão de Recursos promova a anulação da questão 17, aproveitando-se a pontuação a todos os candidatos.

A presente questão deve ser anulada, pelas razões que seguem: Foi dada pela banca examinadora como correta a alternativa "e" cuja redação é a seguinte: "O nome ação popular deriva do fato de atribuir-se ao povo, ou a parcela dele, legitimidade para pleitear, por qualquer de seus membros, a tutela jurisdicional de interesse da coletividade.". No entanto, não é correto afirmar que a legitimidade para pleitear ação popular se dá por QUALQUER de seus membros, pois possui legitimidade ativa para impetrar a mencionada ação SOMENTE O CIDADÃO, seja o brasileiro nato ou naturalizado, inclusive aquele entre 16 e 18 anos, e ainda, o português equiparado no gozo dos seus direitos políticos. Tanto é assim, que a comprovação é feita com a juntada do título de eleitor (brasileiros) ou do certificado de equiparação e gozo dos direitos civis e políticos e título de eleitor (português equiparado). Assim sendo, não possuem legitimidade aqueles que tiverem suspensos ou declarados perdidos seus direitos políticos. Ademais, insta destacar a redação do artigo 5º, inciso LXXIII, da CF: "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada a má-fé isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência." Diante do exposto, não havendo alternativa correta na questão impugnada, requero a anulação a questão 17. Pato Branco, 24 de março de 2014.

A referida questão pede para assinalar a alternativa correta com relação a Ação Popular. O gabarito publicado apresentou como correta a alternativa de letra "E", que traduz o seguinte: "O nome ação popular deriva do fato de atribuir-se ao POVO ou a PARCELA DELE, legitimidade para pleitear, por qualquer de seus membros, a tutela jurisdicional de interesse da coletividade" A referida alternativa NÃO ESTA CORRETA, pois a mesma define a legitimidade de forma contrária a definição prevista na Constituição Federal e na Lei 4717, que trata da Ação Popular, pois a legitimidade é conferida ao "CIDADÃO" e não POVO OU A PARCELA DELE, pois para ser considerado Cidadão, o mesmo tem que estar em gozo de seus direitos políticos, conforme citado abaixo; LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965. Regula a ação popular. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para

pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe... ART 5º, LXXII. II - REQUISITOS - A viabilização da ação popular invoca a presença de três requisitos fundamentais que constituem pressupostos da demanda. ? a condição de cidadão; ? ilegalidade ou ilegitimidade do ato impugnado; ? lesividade. O ajuizamento de ação deve ser feito por cidadão brasileiro, no gozo de seus direitos cívicos e políticos, traduzidos na qualidade de eleitor. A cidadania justifica-se no fato de que tendo o cidadão poder de escolher seus governantes, deve ele ter também o direito de lhes fiscalizar. Mediante ao exposto, sugiro que a referida questão seja considerada "NULA", por apresentar 2 (duas) alternativas que atende o enunciado. Nestes termos, Pede Deferimento. Cascavel, 25 de Março de 2014. Célio José de Carvalho Satyro

RESPOSTA AO RECURSO: MANTÉM-SE a questão, pois dentre as alternativas a única correta é a alternativa E. Pois a Constituição 1988 faz referência no seu art. 5º, inciso LXXIII, à ação popular. A ação popular é um remédio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão com o objetivo de obter controle de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal, ou ao patrimônio de autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas que recebem auxílio pecuniário do poder público.

A ação popular, que é regulada pela Lei 4.717 de 29 de junho de 1965, possibilita que qualquer cidadão tenha o direito de fiscalização dos atos administrativos, bem como de sua possível correção, quando houver desvio de sua real finalidade. **Manter a alternativa da Questão.**

Advogado:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A referida questão pede para apresentar a alternativa correta, sendo apresentado pelo gabarito publicado a alternativa de letra "B". No entanto, a alternativa de letra "E" preceitua que "A impessoalidade indica o cumprimento do princípio da legalidade da administração". A referida alternativa encontra-se CORRETA, pois o princípio da impessoalidade indica o princípio da legalidade, ou seja, todos os princípios que norteiam a Administração previstos no artigo 37, "Caput" da Constituição Federal indica o cumprimento da legalidade. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mediante ao exposto, sugiro que a questão de n.º 21 seja ANULADA, pois a mesma apresenta duas alternativas CORRETAS, as alternativas de Letra "B" e a letra "E". Nestes termos, Pede Deferimento. Cascavel, 25 de Março de 2014. Célio José de Carvalho Satyro.</p>			

RESPOSTA AO RECURSO: Quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública é CORRETO afirmar que: b) a eficiência vincula-se ao gerenciamento da administração pública. MANTÉM-SE a questão, pois a Impessoalidade é um dos princípios que regem a Administração pública. Como muito bem conceituado por Celso Antônio Bandeira de Mello: "Nele se traduz a idéia de que Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie". **Manter a alternativa da Questão.**

Advogado:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
23	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa

RECURSO: O Candidato ora Recorrente postula a anulação da questão 23 deste certamente pelo simples fato de que o Anexo III do Edital do presente concurso que trata do conteúdo das provas, na área de conhecimento específico referente ao Direito Administrativo NÃO CONTEMPLA O TEMA REFERENTE AOS ATOS ADMINISTRATIVOS, pelo que toda e qualquer questão referente a ATOS ADMINISTRATIVOS, como no caso da questão 23 devem ser anuladas. Desta feita, pela plena ausência de legalidade e disposição de Edital REQUER a anulação da questão 23 ante ao fato do seu conteúdo não ter sido contemplado em Edital que é limitador do certame. Sem mais, pede deferimento.

Não possui resposta correta a referida questão, em vista de que, a "Teoria dos Motivos Determinantes", abarcada por nossa doutrina, jurisprudência e leis sito a súmula vinculante 14 do STF, art. 93 IX e X da CF/88, lei 9.784/99 art. 2º, VII e art. 50, lei 8666/93, art. 49, 78 XII e 79, súmula 684 do STF, todas estas que dizem respeito a Obrigatoriedade de motivação de todos os atos administrativos e, uma vez motivados, a obrigatória VINCULAÇÃO a motivação para sua validade. Portanto, ato administrativo motivado SEMPRE É VINCULADO A MOTIVAÇÃO, não há faculdade de vincular ou não, somente ato sem motivação pode não ser vinculado, ato administrativo motivado sempre é vinculado pelos motivos nele contidos, para exame de legalidade e impessoalidade. Ato administrativo motivado é vinculado aos motivos nele contidos, não "pode" ser vinculado! A única linha em sentido de que atos discricionários não precisam de motivação, e destarte disso não são vinculados é de Hely Lopes Meirelles, porém os tribunais supramencionados não abarcam esta doutrina. Motivou o ato, esta motivação o vincula, seja para exame administrativo ou legal, portanto não é o caso de poder ou não, é o caso de um dever.

RESPOSTA AO RECURSO: MANTÉM-SE a questão pelo fato do entendimento de que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. **Manter a alternativa da Questão.**

Advogado:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
30	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa

RECURSO: A questão não apresenta alternativas corretas. Mesmo a alternativa apontada como correta no gabarito provisório (alternativa "c") está errada, na medida em que a responsabilidade civil do Estado em atos omissivos é subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa, não objetiva como quer fazer crer o enunciado. No "Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil" ministrado pelo Professor Nelson Rosendal, exibido nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de outubro de 2008, disponível no endereço eletrônico do STF consta: "Outra metade da doutrina não concorda com os argumentos trazidos pelo Celso Antônio Bandeira de Melo. Para esta doutrina, a responsabilidade do Estado será sempre objetiva, pois o art. 37, § 6º CF não limita a responsabilidade em atos omissivos ou comissivos. Assim, para que haja a responsabilidade objetiva do Estado, deve a vítima apenas demonstrar o nexo de causalidade, pois a palavra "causa" constante no referido dispositivo Constitucional refere-se ao nexo causal, Inf. 418 STF". Não obstante, o entendimento do Professor Celso Antônio é seguido por outros doutrinadores, além de ser unânime nas fileiras dos Tribunais Pátrios. Neste prisma, o entendimento sedimentado pelos Tribunais brasileiros é pela observância da responsabilidade subjetiva em caso de ato omissivo, veja-se o Tribunal de Justiça Paranaense: APELAÇÃO CÍVEL. Administrativo. Responsabilidade civil do estado, de regra, objetiva (art. 37, § 6º, da cf). Dever de conservação e fiscalização das árvores existentes em logradouros públicos. Ato omissivo. Exceção a tal regra. Responsabilidade, no caso, subjetiva queda de árvore. Danos materiais. Solicitação prévia de poda de segurança. Ausência de atuação estatal. Negligência. Força maior não configurada. Honorários advocatícios mantidos sentença escoreta. Recurso conhecido e desprovido. (TJPR; ApCiv 1038471-1; Maringá; Segunda Câmara Cível; Relª Juíza Conv. Josély Dittrich Ribas; DJPR 17/03/2014; Pág. 84). No mesmo sentido: TJPR; ApCiv 0995977-1; Curitiba; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Dimas Ortêncio de Melo; DJPR 21/08/2013; TJPR; ApCvReex 1043195-9; Ivaiporã; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Jurandyr Souza Junior; DJPR 30/07/2013; TJPR; ApCiv 1025538-6; Colombo; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Dimas Ortêncio de Melo; DJPR 25/07/2013; TJPR; ApCiv 0974757-9; Palotina; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho; DJPR 07/03/2013; TJPR; ApCiv 0964956-9; Francisco Beltrão; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Silvio Dias; DJPR 05/03/2013; TJPR; ApCiv 0993902-6; Rebouças; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Ruy Cunha Sobrinho; DJPR 22/02/2013. Celso Antônio Bandeira de Mello, ao diferenciar as duas espécies de responsabilidade, afirma que : "Há responsabilidade objetiva quando basta para caracterizá-la a simples relação causal entre um acontecimento e o efeito que produz. Há responsabilidade subjetiva quando para caracterizá-la é necessário que a conduta geradora de dano revele deliberação na prática do comportamento proibido ou desatendimento indesejado dos padrões de empenho, atenção ou habilidade normais (culpa) legalmente exigíveis, de tal sorte que o direito em uma ou outra hipótese resulta transgredido". E, mais adiante, o citado autor leciona que é subjetiva a responsabilidade do Estado em caso de omissão, afirmando que : Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo. O próprio Superior Tribunal de Justiça não destoia do entendimento apresentado, consoante reiterados

julgados da Corte: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. Recurso especial. Responsabilidade civil do estado. Queda de árvore. Violação do art. 535 do CPC. Inocorrência. Ato omissivo. Responsabilidade subjetiva. Revisão dos elementos. Impossibilidade. Súmula nº 7/stj. Acórdão em harmonia com a jurisprudência desta corte. Súmula nº 83/stj. Recurso Especial a que se nega seguimento. (STJ; REsp 1.290.169; Proc. 2011/0264732-0; RJ; Primeira Turma; Rel. Min. Benedito Gonçalves; DJE 27/02/2014). No mesmo sentido: STJ; AgRg-AREsp 293.310; Proc. 2013/0029778-2; RS; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; Julg. 11/04/2013; DJE 09/05/2013; STJ; AgRg-AREsp 243.494; Proc. 2012/0217872-6; PR; Segunda Turma; Rel. Min. Humberto Martins; Julg. 05/02/2013; DJE 19/02/2013; STJ; AgRg-AREsp 96.955; Proc. 2011/0223977-7; GO; Primeira Turma; Rel. Min. Teori Albino Zavascki; Julg. 02/08/2012; DJE 09/08/2012; STJ; AgRg-AREsp 160.349; Proc. 2012/0060606-0; RJ; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; Julg. 29/05/2012; DJE 14/06/2012; STJ; REsp 1.228.224; Proc. 2011/0002004-0; RS; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; Julg. 03/05/2011; DJE 10/05/2011. Para afastar qualquer pretensão em contrário, em arremate, colhe-se da jurisprudência do Pretório Excelso: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DANOS MORAIS. PROFESSOR. SALA DE AULA. ALUNOS. ADVERTÊNCIA. AMEAÇAS VERBAIS. AGRESSÃO MORAL E FÍSICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (...) Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por esse ato é subjetiva. Imprescindível, portanto, a demonstração de dolo ou culpa, esta numa de suas três modalidades. Negligência, imperícia ou imprudência. (...) 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF; RE-AgR 633.138; DF; Primeira Turma; Rel. Min. Luiz Fux; Julg. 04/09/2012; DJE 21/09/2012; Pág. 22). Esse é o entendimento exarado em diversos julgados de ambas as Turmas: STF; AI-AgR 600.652; PR; Segunda Turma; Rel. Min. Joaquim Barbosa; Julg. 04/10/2011; DJE 24/10/2011; STF; RE-AgR 538.902; MT; Segunda Turma; Rel. Min. Ayres Britto; Julg. 29/03/2011; DJE 24/06/2011; STF; RE-AgR 603.342; PE; Primeira Turma; Rel. Min. Ricardo Lewandowski; Julg. 02/12/2010; DJE 01/02/2011; STF; RE-AgR 602.223; RN; Segunda Turma; Rel. Min. Eros Grau; Julg. 09/02/2010; DJE 12/03/2010; STF; RE-AgR 585.007-2; DF; Primeira Turma; Rel. Min. Ricardo Lewandowski; Julg. 05/05/2009; DJE 05/06/2009. Diante do exposto, tem-se como sedimentado o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado em ato omissivo é subjetiva, motivo pelo qual está errada a alternativa "c", apresentada como correta no gabarito provisório, sendo medida inafastável e ora requerida a anulação da questão n.º 30 da prova objetiva aplicada neste Concurso Público para os candidatos ao cargo de Advogado. 1 Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Curso_de_Responsabilidade_Civil_Nelson_Rosenvald.doc 2 Curso de Direito Administrativo, 18. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2005, pág. 929. 3 Ob. cit., pp. 936-937.

Primeiramente, importante ressaltar o exposto no art. 37, §6 Constituição: Art. 36 – A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] §6 - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a

terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Grifou-se. Nota-se no dispositivo constitucional duas teorias, quais sejam, a da responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do agente. No que tange a responsabilidade objetiva do Estado, este responde independente da prova de sua culpa ou dolo, necessária apenas à comprovação do DANO causado à vítima. No mesmo sentido o art. 37, §6 da Constituição Federal Brasileira também expõe que os DANOS causados pelas pessoas jurídicas de direito público e pelas de direito privado prestadoras de serviços públicos deverão ser reparados. Diante do exposto a questão nº 30 merece ser anulada, pois considera o seguinte: Com relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinie o que for CORRETO: [...] c) para que haja a responsabilidade objetiva do Estado, a vítima deve APENAS demonstrar o nexo de causalidade, pois o artigo 37, § 6º CF não limita a responsabilidade em atos omissivos ou comissivos ; [...]. Grifou-se. Observa-se que a assertiva está INCORRETA, pois a palavra "APENAS" do enunciado afasta a necessidade de demonstração do dano sofrido pela vítima, e em se tratando de responsabilidade civil não há de se falar em responsabilização sem a existência de um dano. O dano representa um elemento essencial da responsabilidade civil. Configura-se quando há lesão, sofrida pelo ofendido, em seu conjunto de valores protegidos pelo direito, relacionando-se a sua própria pessoa (moral ou física) aos seus bens e direitos. O dano patrimonial é aquele que afeta o patrimônio da vítima, perdendo ou deteriorando total ou parcialmente os bens materiais economicamente avaliáveis. Abrange os danos emergentes (o que a vítima perdeu) e os lucros cessantes (o que a vítima deixou de ganhar). Já os danos morais dizem respeito ao sofrimento psíquico ou moral, às dores, às angústias e às frustrações infligidas ao ofendido. Pode-se dizer que os danos morais "são os danos da alma e a dor é seu elemento essencial, abrangendo tanto sofrimento físico quanto morais". (AMARANTE, Aparecida. Responsabilidade civil por dano à honra. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 212). Observa-se entendimento jurisprudência: RESPONSABILIDADE CIVIL DO PODER PÚBLICO - PRESSUPOSTOS PRIMÁRIOS QUE DETERMINAM A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO - O NEXO DE CAUSALIDADE MATERIAL COMO REQUISITO INDISPENSÁVEL À CONFIGURAÇÃO DO DEVER ESTATAL DE REPARAR O DANO - NÃO-COMPROVAÇÃO, PELA PARTE RECORRENTE, DO VÍNCULO CAUSAL - RECONHECIMENTO DE SUA INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - SOBERANIA DESSE PRONUNCIAMENTO JURISDICIONAL EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - INVIABILIDADE DA DISCUSSÃO, EM SEDE RECURSAL EXTRAORDINÁRIA, DA EXISTÊNCIA DO NEXO CAUSAL - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA (SÚMULA 279/STF)- RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO . - Os elementos que compõem a estrutura e delineiam o perfil da responsabilidade civil objetiva do Poder Público compreendem (a) a alteridade do dano, (b) a causalidade material entre o "eventus damni" e o comportamento positivo (ação) ou negativo (omissão) do agente público, (c) a oficialidade da atividade causal e lesiva imputável a agente do Poder Público que tenha, nessa específica condição, incidido em conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude, ou não, do comportamento funcional e (d) a ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. Precedentes . - O dever de indenizar, mesmo nas hipóteses de responsabilidade civil objetiva do Poder Público, supõe, dentre outros elementos (RTJ 163/1107-1109, v.g.), a comprovada existência do nexo de causalidade material entre o comportamento do agente e o "eventus damni", sem o que se torna inviável, no plano jurídico, o reconhecimento da

obrigação de recompor o prejuízo sofrido pelo ofendido . - A comprovação da relação de causalidade - qualquer que seja a teoria que lhe dê suporte doutrinário (teoria da equivalência das condições, teoria da causalidade necessária ou teoria da causalidade adequada) - revela-se essencial ao reconhecimento do dever de indenizar, pois, sem tal demonstração, não há como imputar, ao causador do dano, a responsabilidade civil pelos prejuízos sofridos pelo ofendido. Doutrina. Precedentes . - Não se revela processualmente lícito reexaminar matéria fático-probatória em sede de recurso extraordinário (RTJ 161/992 - RTJ 186/703 - Súmula 279/STF), prevalecendo, nesse domínio, o caráter soberano do pronunciamento jurisdicional dos Tribunais ordinários sobre matéria de fato e de prova. Precedentes . - Ausência, na espécie, de demonstração inequívoca, mediante prova idônea, da efetiva ocorrência dos prejuízos alegadamente sofridos pela parte recorrente. Não-comprovação do vínculo causal registrada pelas instâncias ordinárias. (STF - RE-AgR: 481110 PE , Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 06/02/2007, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 09-03-2007 PP-00050 EMENT VOL-02267-04 PP-00625 RCJ v. 21, n. 134, 2007, p. 91-92) Portanto, diante do exposto a questão merece ser anulado, pois resta comprovado o equívoco na sua elaboração.

A responsabilidade do Estado é objetiva e independe de culpa ou dolo do agente. Portanto, os requisitos necessários para aplicação deste instituto são o DANO e a relação de causalidade entre a ação ou omissão do agente. Ou seja, para que exista a responsabilidade objetiva do Estado, não basta tão somente a comprovação do nexo de causalidade, mas a comprovação do Dano, que a vítima sofreu. E este é o entendimento do Judiciário, conforme a jurisprudência dos tribunais: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONDUTA ILÍCITA DANO E NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADOS. DANO MORAL. DANO MORAL DECORRE DO DESEQUILÍBRIO DA SITUAÇÃO PSÍQUICA DA VÍTIMA E NÃO DA COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO SOFRIDO. - Ação de responsabilidade civil proposta em face da UNIÃO FEDERAL, devido à emissão duplicata de seu CPF a outra pessoa que, posteriormente, emitiu cheques sem fundos, maculando o nome do autor. - Comprovado o dano a conduta ilícita e o nexo de causalidade entre ambos. - Ausência de comprovação que o mal sofrido pela Autora decorreu tão-só dos aborrecimentos causados pela duplicidade de CPF. - O Dano moral não enseja, para sua indenização, a comprovação de um prejuízo material, bastando, tão-só que a conduta ilícita inflija à vítima o sentimento de angústia, aflição, ou bem aqueles relativos a atributos valorativos. - Recurso não provido. (TRF-2 - AC: 322576 RJ 2000.51.01.005075-7, Relator: Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO, Data de Julgamento: 13/02/2008, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::02/04/2008 - Página::189) Desta forma, a responsabilidade civil do Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva, surge o dever de indenizar se restarem provados o dano ao patrimônio de outrem e o nexo de causalidade entre este e o comportamento do preposto. Assim, a presente questão não tem gabarito correto, uma vez que a alternativa "C", apontada como correta está errada, porque determinou que a vítima deve APENAS demonstrar o nexo de causalidade, o que de fato não é verdade uma vez que, a vítima tem que provar o DANO, conforme a jurisprudência e as doutrinas, sofrido além do nexo de causalidade, desta forma a afirmativa esta incompleta. Devendo assim a questão ser anulada.

RESPOSTA AO RECURSO: Anula-se a questão por entender que a questão ficou com redação incompleta, pode a responsabilidade civil de Estado ser pautada em atos

omissivos sendo subjetiva. **Anular a Questão.**

Agente Administrativo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
16	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A questão é confusa, pois o questionamento "são elas" pode se remeter tanto a "as pessoas", como "as funções da administração". É difícil interpretar que o que se pede são os papéis gerenciais, conforme gabarito. Henry Mintzberg dividiu os 10 papéis gerenciais em três categorias: interpessoal, informacional e decisorial. Cada papel representa atividades que os administradores conduzem para cumprir as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar.</p> <p>QUESTÃO 16) O enunciado da questão dá a entender, ao utilizar o termo ELAS, que o questionamento refere-se às Funções Administrativas, que dividiam-se, segundo Fayol, em: Planejamento Organização, Comando, Coordenação e Controle (Teoria Clássica da Organização). Atualmente, as Funções Administrativas são definidas apenas como: Planejamento, Organização, Direção e Controle, o que torna a alternativa "A" a correta.</p> <p>A questão diz: as pessoas que exercem as funções da administração desempenham papéis gerenciais nas organizações que independente de seus objetivos e área refletem nos resultados do trabalho, são elas: A banca considerou a letra B: Porém a letra "E" que traz papéis de eficiência, eficácia e Efetividade também está correta pois segundo o autor Carlos Nunes, professor de administração privada e pública, gestão pública, legislação correlata a concursos e Direito Administrativo autor de "Conceito Organizacional - Função Planejamento e Ferramentas define: Eficiência: indica a competência para produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços. Eficácia: capacidade de alcançar os objetivos e as metas definidas para uma ação ou experimento Efetividade: capacidade de se promover resultados pretendidos(eficácia + eficiência, os resultados devem ser úteis permitindo continuidade ao longo do tempo).O que caracteriza que eficiência, eficácia e efetividade também são papéis gerenciais nas organizações que independente dos seus objetivos e área de atuação refletem nos resultados do trabalho.</p> <p>No gabarito a resposta é a letra B. No meu entender poderia ser a letra A. Justificativa: As funções da administração são de fato "Planejamento, organização, direção e controle", ou seja, letra A. Como no final da questão vem escrito "são ELAS" e não ELES, ou então poderia vir escrito "são OS PAPÉIS ", logo eu teria marcado a letra B, pois eu sabia que a letra B tratava de papéis desempenhados. O fato de vir escrito "são ELAS" leva a entender que se trata das FUNÇÕES e não dos PAPÉIS, visto que no início da questão vem escrito "As pessoas que exercem AS FUNÇÕES da administração..." Peço que seja revista esta resposta e agradeço a atenção.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Os papéis gerenciais que são desempenhados pelas pessoas nas organizações que exercem as funções administrativas são: interpessoal, informacional e decisorial, conforme preconizado pelo pesquisador Henry Mintzberg, amplamente citado na bibliografia da administração. A Teoria Clássica da Administração, preconizada por Henry Fayol apresenta as funções administrativas do planejar, organizar, dirigir e controlar. No caso da Questão 16, a resposta correta continua sendo a "B" e acata-se o recurso, pois os papéis são "eles" e não "elas" como estão impresso na prova do concurso, o que leva dupla interpretação. Dessa forma, anula-se a questão 16. Anular a Questão.</p>			

Agente Administrativo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
18	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Conforme os artigos 74 e 75 e incisos da Constituição do Estado do PR, o controle deve ser executado pelo Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Com relação com a Questão 18, conforme a Constituição do Estado do Paraná, com base no Artigo 75 está explícita que o controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Assim está de acordo com o texto da questão. Portanto a resposta está correta, sendo a alternativa "E".</p> <p>Manter a alternativa da Questão.</p>			

Agente Administrativo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
26	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A questão 26 de que trata de valores financeiros para posterior pagamento de despesas com aquisição de bens e serviços contratos, e ambígua, pois dentro da Lei de Licitações Empenho refere-se a um prévio agendamento para posterior pagamento. O artigo 58 da Lei 4320 Empenho O artigo 58 da Lei 4320 define empenho da seguinte forma: "O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição". Administrativamente pode ser definido também assim: "Ato emanado de autoridade competente que determina a dedução do valor da despesa a ser executada da dotação consignada no orçamento para atender a essa despesa. É uma reserva que se faz, ou garantia que se dá ao fornecedor ou prestador de serviços, com base em autorização e dedução da dotação respectiva, de que o fornecimento ou o serviço contratado será pago, desde que observadas as cláusulas contratuais e editalícias". Para complementar o conceito repetimos também outros dois artigos da Lei 4320: Art. 59 - "O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos". Ou seja, os valores empenhados não poderão exceder o valor total da respectiva dotação. Art. 60 - "É vedada a realização de despesa sem prévio empenho". Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício, geralmente compreendido por um ano. No entanto, para que o orçamento seja elaborado corretamente, ele precisa se basear em estudos e documentos cuidadosamente tratados que irão compor todo o processo de elaboração orçamentária do governo. Sendo assim faltam argumentos na elaboração da questão que possam definir Orçamento público e Empenho Sendo pertinente sua anulação.</p> <p>A resposta correta é a letra E. Penso que poderia ser a letra C também. Por mais que o conceito em questão se trate de fato do conceito de EMPENHO, o conceito de Orçamento Público também pode ser enquadrado, ou seja, letra C. Quando se trata de Orçamento Público, trata-se de um instrumento de exercício do servidor público (como vem no enunciado da questão), onde ele considera suas receitas e suas despesas da administração pública para um determinado exercício. A ação de "reservar um valor de recursos para posterior pagamento de despesas", de uma</p>			

maneira ampla também faz parte do conceito de Orçamento Público (letra C), o que leva a um concursando como eu marcar esta resposta. Peço que a questão seja analisada considerando o conceito geral de Orçamento Público disponível nas mais variadas fontes. Obrigado pela atenção.

RESPOSTA AO RECURSO: Com relação à Questão 26, conforme a Lei nº4.320, Capítulo III, "Art. 58 – O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição". Observa-se que o orçamento público é uma previsão de recursos, mas não cria a obrigação de pagamento, pois os bens ou serviços não foram contratados. Na Questão 26 trata-se de "pagamento de despesas com a aquisição de bens e serviços contratados". Observe que não é possível proceder ao pagamento somente com o orçamento público, pois é necessário ter o bem ou serviço contratado, conforme destacado na questão 26. Dessa forma, permanece a resposta "E" (Empenho). **Manter a alternativa da Questão.**

Agente Administrativo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
30	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A questão faz referência aos Estilos Gerenciais, porém esse tópico não faz parte do Conteúdo Programático do Edital, como pode ser verificado abaixo: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS Fundamentos da administração: Características básicas das organizações formais; tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de estruturação; processo organizacional e as funções básicas de planejamento, direção, organização e controle; habilidades, papéis, função, motivação, liderança, comunicação e desempenho; O papel da administração no desempenho das organizações. Tecnologias gerenciais: reengenharia e qualidade. Impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão. Sistema de Informações Gerenciais: Tecnologias da informação. Administração pública: conceitos, natureza, fins e princípios. Administração Pública: Planejamento e modelo de gestão. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Excelência nos serviços públicos. Gestão de resultados na produção de serviços públicos. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais. Noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos no serviço público. Administração Financeira e Orçamentária Pública: Orçamento público; Orçamento público no Brasil; O ciclo orçamentário; Orçamento programa; Planejamento no orçamento-programa; Orçamento na Constituição Federal; Classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil. Conceituação e classificação de receita pública. Classificação de gastos públicos. Tipos de créditos orçamentários. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº. 101, de 2000. Organização administrativa do Estado do Paraná: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial e controle legislativo. Responsabilidade civil do Estado. Processo Administrativo na Administração Pública. Ética na Administração Pública. Organização pública e cidadania. O ambiente nas organizações; gestão do ambiente; dinâmica ambiental; cultura e clima</p>			

organizacional; grupos formais e informais; organizações como sistemas abertos; estratégias, objetivos e metas; patrimônio; Administração de material: aquisição, cadastros, registros, controle e movimentação de estoques, armazenamento, transporte, reposição, segurança. Dimensionamento e controle de estoques: função, previsão, administração de compras: organização de compras, qualificação de fornecedores, operações de compras, preço e condições de compra, negociação, relacionamento com fornecedores, gerenciamento da cadeia de fornecimento, aquisição, cadastros, registros, controle de estoques, armazenamento, transporte, reposição e segurança. Poderes administrativos: poder hierárquico e poder disciplinar. Serviços Públicos: conceito e princípios. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993, com redação da Lei nº 8883/1994): - Capítulo I – Das Disposições Gerais (Seção I – Dos Princípios); Capítulo II – Da Licitação (Seção I – Das Modalidades, Limites e Dispensa) e Capítulo III – Dos Contratos (Seção I – Disposições Preliminares e Seção II – Da Formalização dos Contratos). Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei nº. 4.320/64). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

RESPOSTA AO RECURSO: A Questão 30 trata dos estilos gerenciais de Rensis Likert os quais as variáveis do seu estudo estão relacionadas ao processo decisório, centralização e descentralização das decisões, comunicação, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. O que está relacionado com os conteúdos "processo organizacional e as funções básicas de planejamento, direção, organização e controle; habilidades, papéis, função, motivação, liderança, comunicação e desempenho; O papel da administração no desempenho das organizações". Além disso, com os conteúdos "O ambiente nas organizações; gestão do ambiente; dinâmica ambiental; cultura e clima organizacional; grupos formais e informais; organizações como sistemas abertos; estratégias, objetivos e metas" conforme publicados em edital. Dessa forma, o recurso não procede e a Questão 30 será mantida com a resposta "C". **Manter a alternativa da Questão.**

Contador:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
16	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: BASEADA NO QUE DISPÕE O ART. 43 DA LEI 4.320/64, SÃO FONTES DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS: "As fontes legítimas que dão sustentação ao aumento dos gastos de um programa por meio de crédito suplementar e/ou especial são: •superávit financeiro; •excesso de arrecadação; •anulação total ou parcial de dotações; •operações de crédito; e •a diferença porventura existente entre a receita maior que as despesas depois da aprovação do orçamento."</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Além das fontes de recurso para financiamento de créditos adicionais, expressos no Art. 43 da Lei 4.320/64, que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; · os provenientes de excesso de arrecadação · anulação de dotação orçamentária ou de créditos adicionais 			

· operação de crédito
O Art. 91 do decreto- lei 200/1967, combinado com Art. 8º da portaria interministerial 163/2001 do Ministério da Fazenda e ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também prevê como fonte para financiamento a Reserva de contingência. Ainda o Art.166, § 8º da CF/88, prevê mais uma possibilidade de fonte para financiamento que é os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei orçamentário Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Portanto a questão deve ser mantida. O candidato que entrou com recurso, atentou somente para fontes previstas na Lei Federal 4320/64, e não observou os demais dispositivos legais que apresentam outras fontes de financiamento de créditos adicionais. **Manter a alternativa da Questão.**

Contador:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
22	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Segundo o art. 2º da LRF, Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Nessa questão o objetivo é saber o valor da receita corrente líquida no âmbito municipal, a citação do candidato não refere-se precisamente aos itens somatórios e as deduções previstas no art. 2º da LRF 101/2000, voltado para o calculo da receita corrente líquida dos municípios.</p> <p>Porém em análise dos dados da questão, identificou uma falha no calculo da receita corrente líquida, especificamente por não considerar a receita de compensação financeira entre regimes previdenciários na dedução, prejudicando o resultado.</p> <p>Anular a Questão.</p>			

Enfermeiro:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
17	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Significado de Torpor s.m. Sensação de indisposição ocasionada pela redução da sensibilidade e dos movimentos corporais; falta de sensibilidade; entorpecimento. Sentimento de desânimo ou indolência; apatia ou prostração. Medicina. Incapacidade para responder aos estímulos e/ou movimentos normais. (Etm. do latim: torpor.onis) No âmbito da medicina, o torpor consiste em um estado de diminuição da sensibilidade ou de movimento de alguma parte do corpo, caracterizado por uma inabilidade para responder a certos estímulos ou movimentos normais que poderá ser leve ou moderado de acordo com o grau do coma. Portanto o torpor poderá variar não sendo considerado apenas como LEVE. Nesse sentido o paciente apresentará má resposta a estímulos auditivos e a boa resposta aos estímulo dolorosos é relativa, condicionado ao grau do coma ou ao score de Glasgow Descerebração é uma condição patológica resultante de quadros de trauma, tumores ou de hemorragia que acometam áreas cerebrais acima da região</p>			

localizada entre o colículo superior e o inferior no tronco encefálico, de modo a eliminar a influência do córtex sobre os tractos motores. Nessa condição são afetados e interrompidos os tractos motores rubro-espinal e cortico-espinal, ambas vias responsáveis pela flexão de músculos sendo que o tracto rubro-espinal está associado a flexão da parte proximal dos membros superiores. Os tractos responsáveis pela extensão dos músculos tais como os tractos vestibulo-espinal e reticulo-espinal não terão sua funcionalidade alterada nesse tipo de lesão.
http://medicina.fm.usp.br/gdc/docs/revistadc_101_123-131%20863.pdf

RESPOSTA AO RECURSO: A colega esqueceu-se de colocar qual é o recurso, se for sobre a afirmativa "o torpor poderá variar não sendo considerado apenas como LEVE" há um equívoco de interpretação uma vez que não usamos a palavra apenas, a frase completa é: leve torpor, e dependendo do grau, pode apresentar insensibilidade profunda, significando que pode ir de leve à inconsciência e insensibilidade profunda. Quanto à afirmativa de que a boa resposta aos estímulos dolorosos é relativa, e que se encontra atrelada ao grau de coma ou ao score de Glasgow concordamos plenamente, sendo esta afirmativa que torna a questão errada. **Manter a alternativa da Questão.**

Enfermeiro:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
27	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Após análise da questão em pauta, há de se verificar que a Oitava Conferência Nacional de Saúde de 1986, a qual trouxe em seu bojo "A SAÚDE COMO DIREITO DE TODO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO", está sim recepcionado pela Constituição Federal, não no art. 198 como a questão expressa, mas sim no art. 196, "caput" da Constituição Federal (a saúde é direito e dever do Estado...). Está claro e evidente que a questão está formulada de forma errada e não há esclarecimento suficiente para uma interpretação precisa e correta. Tem-se outro porém como entendimento essencial que "EM LEI LOGO APÓS" não determinada tempo estipulado em dias, meses ou anos, podendo ser interpretada como essa Lei, a Constituição Federal de 1988, que explicita as diretrizes do SUS, (questão nº 27, alternativa "D"), ou em seu art. 198 "caput". Podendo ser consideradas as alternativas "C" e "D" como corretas.</p> <p>A QUESTAO DE NUMERO 27 CABE DUAS RESPOSTAS CORRETAS (C) E (A). D- A LEI 8080 DE SETEMBRO DE 1990 NO CAPITULO II DOS PRINCIPIOS E DIRETRIZES DO SUS, EXPLICITA AS DIRETRIZES DO SUS.</p> <p>Essa questão aborda o tema sobre a a VIII Conferência de Saúde, realizada em 1986, que trouxe várias conquistas ao povo brasileiro dentre elas a universalização da saúde no Brasil. Salientamos que o conjunto dessas forças impulsionou a reforma sanitária, que obteve sua maior legitimação com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo LUZ (2000: 302) "a intensa movimentação da sociedade civil teve um papel muito importante para a aceitação, na política oficial, das propostas da VIII Conferência Nacional de Saúde, em grande parte consubstanciada no SUS". Sendo assim, aborda o bojo principal deste importante encontro no contexto da saúde, exaltando que a saúde é um direito de todos e dever do estado. A informação do gabarito elegeu a alternativa "C" como CORRETA, onde cita o art. 198 da C.F. que trata da organização do sistema de saúde, o que é de fato. Nesse sentido me remeto a alternativa "D" que traz a seguinte informação: As diretrizes do</p>			

SUS são explicitadas em Lei logo após a 8 conferência, o que também é verdade pelos seguintes motivos: 1 – O enunciado trata do assunto saúde como direito de todos o cidadão e dever do estado, nesse sentido entende-se que a alternativa D também está correta pois nela se inclui o Art. 196. com o seguinte texto: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE “1988”) E também incluo na alternativa “D” pois a lei LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 no seu CAPÍTULO II que trata Dos Princípios e Diretrizes é uma lei que explicitou as diretrizes do SUS, e também podemos citar.

RESPOSTA AO RECURSO: A organização e as diretrizes do SUS são explicitadas pelo Art. 198 da Carta Magna, quanto às Leis, estas regulamentam e detalham as diretrizes pré estabelecidas, não podendo em momento algum se contraporem, tal fato criaria uma inconstitucionalidade. Para Ohara e Saito (2008) “Embora a Constituição de 1988 estabeleça para o SUS um arcabouço jurídico e administrativo...” (p.23) Os mesmos autores citam que “Para impulsionar a adesão dos municípios ao SUS, foram sendo criadas e instituídas várias Leis, Portarias, Normas Operacionais ...”, “ As LOS nº 8080e 8142 visam estratificar conceitos e deliberar sobre os princípios e diretrizes declarados na criação do SUS” (p.23), leia-se pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Com relação á alternativa "A" não foi apenas... . **Manter a alternativa da Questão.**

Enfermeiro:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
30	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Conforme literaturas de ESF, não concordo com resposta do gabarito pois realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergência não está em concordância com as atribuições do enfermeiro de esf. Conforme manual saúde da família:uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Ministério da saúde 1997.</p> <p>Na execução das tarefas atribuídas ao enfermeiro, entendo que o que consta na letra D atende os as tarefas atribuídas ao enfermeiro, porém, emitir laudos, pareceres e atestado também são atividades de competência do profissional de enfermeiro, para corroborar essa informação segue cópia de parecer que aborda este tema: Nº 024/2010 Atribuição do enfermeiro na realização e leitura do teste tuberculínico PPD, bem como a emissão do laudo ao paciente de tuberculose. PARECER COREN-DF Nº 024/2010 Resolução 289/2004 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73 PARECER DEFISC Nº 09/2012 Porto Alegre, 11 de maio de 2012. (PODERÁ ESTAR INSERIDO NA ATIVIDADE DE PSF) SAUDE DA FAMILIA : UMA ESTRATÉGIA PARA A REORIENTAÇÃO DO MODELO ASSISTENCIAL. MINISTÉRIO DA SAUDE – BRASÍLIA 1997 MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Prático do PSF. Departamento de atenção básica. Brasília 2001. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Revista Brasileira de Saúde da Família. Ano II. Nº 04. São Paulo 2002. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestão Municipal de Saúde. textos básicos. Rio de Janeiro 2001. Nesse sentido pede-se a análise e interpretação também da alternativa “B”.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: É com extrema satisfação que constato que a realização de</p>			

provas de concurso instiga aos colegas a busca por ampliar seus conhecimentos, entretanto pesa-me esclarecer á colega que o X da questão encontra-se na palavra privativa, a qual significa que não pode ser executada por outro profissional tampouco pode ser delegada. Lei do exercício profissional, Lei Nº 7498 de 25/6/86, garante o direito á consulta, prescrição da assistência e os cuidados diretos de enfermagem á pacientes graves e com risco de vida. Quando de sua atuação no PSF/ESF, consta do Guia prático do Programa Saúde da Família-MS (2001), p.76 em atribuições específicas do enfermeiro, com relação às demais alternativas em nenhum momento foi referido que outros membros da equipe não possam executar tais ações. **Manter a alternativa da Questão.**

Farmacêutico-Bioquímico:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
20	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: De acordo com o dicionário médico, entende-se por infecção, a invasão de tecidos corporais de um organismo hospedeiro por parte de organismos capazes de provocar doenças. Os mamíferos reagem à infecção através do sistema imune inato, um processo que envolve muitas vezes a inflamação à qual sucede uma resposta do sistema imune. Conclui-se que em todas as infecções existe uma inflamação. Portanto é oportuno afirmar que em um processo infeccioso, posteriormente instala-se um processo inflamatório, com dor, calor e rubor. Esses sintomas estão presentes também em uma infecção. Esta questão tem duas alternativas corretas.</p> <p>De acordo com dicionário médico, toda infecção é acompanhada de inflamação. Os sintomas de dor, rubor causados pela inflamação, não deixam de estar presentes nos processos infecciosos, uma vez que em processos infecciosos, há um estímulo do sistema imune, pelo patógeno, que ativa células de defesa através de migração, compondo o processo inflamatório em sim. Conclui-se que a questão de número 20, apresenta mais de uma alternativa correta.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: A ciclooxigenase – 1 (COX-1) está ativa em processos inflamatórios, e os antiinflamatórios vão atuar sobre ela diminuindo os sintomas da inflamação e não sobre o processo infeccioso tampouco sobre o agente causal da infecção. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Farmacêutico-Bioquímico:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
25	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: De acordo com Neves, David Pereira-Parasitologia Humana 10ª Edição, Quando não há possibilidade de remeter as fezes rapidamente ao laboratório ou então examiná-las logo que cheguem, essas deverão ser mantidas em baixas temperaturas...poderão também ser mantidas em conservadores...O ideal é que sejam colocadas no conservador logo após a evacuação. Para tanto, o paciente deve receber do laboratório o frasco contendo o conservador. Os mais empregados: Formol, MIF, SAF . Conclui-se que a alternativa de letra C, está correta, uma vez que é possível a utilização de conservantes nas fezes frescas.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: A questão coloca quais os tipos de amostras necessárias para cada tipo de análise de um laboratório de Análises Clínicas. O exame de fezes</p>			

deve ser feito com a amostra fresca sem conservantes. De acordo com David Pereira Neves (Parasitologia Humana 10ª Edição); "Quando não há possibilidade de remeter as fezes rapidamente ao laboratório ou então examiná-las logo que cheguem, essas deverão ser mantidas em baixas temperaturas...podem também ser mantidas em conservadores..." portanto, em casos de exceção é que elas podem ser colocadas ou coletadas em conservante apropriado. **Manter a alternativa da Questão.**

Farmacêutico-Bioquímico:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
29	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Não é previsto no edital os indicadores básicos de mortalidade. Somente o que se relaciona a conceitos de Farmacovigilância e Farmacoepidemiologia. Portanto a questão de número 29, não se aplica aos conteúdos propostos no edital. Indicadores básicos de morbidade, não estão contemplados nos assuntos referidos no edital.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Os indicadores básicos de morbidade estão inserido ao conteúdo de vigilância epidemiológica no SUS previsto no edital. Em inúmeros documentos publicados pela agencia nacional de vigilância sanitária os dados epidemiológicos de doenças são fornecidos em morbidade, portanto isso reforça o vinculo do termo ao conteúdo programático. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Farmacêutico-Bioquímico:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
30	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/5442/-1/consumo-de-bebida-alcoolicaxdurante-uso-de-antibioticos.html De acordo com artigo publicado no endereço eletrônico acima, algumas classes de antibióticos podem causar os sintomas citados na letra E, da questão 30. Não todos os antibióticos são obrigatoriamente causadores destes sintomas. São classes causadoras dos sintomas citados: Metronidazol • Tinidazol: • Furazolidona. • Griseofulvina. • Antimaláricos (Quinacrina). • Sulfametoxazol. Conclui-se que tem mais de uma alternativa incorreta nesta questão. Há duplicidade na interpretação de que antibióticos podem causar convulsão...se ingeridos com bebida alcoolica. Somente algumas classes.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Como o próprio recorrente coloca "algumas classes de antibióticos podem causar os sintomas citados quando usados com bebidas alcoólicas", porém, estes casos são as exceções. Na grande maioria os efeitos citados na questão não dependem da interação com o álcool, portanto a alternativa está INCORRETO. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Língua Portuguesa:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
03	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Referida questão pede para apontar qual a alternativa que NÃO é um do "erros" relativo á gramatica formal do português. De acordo com o gabarito publicado, o mesmo aponta como certa a alternativa de letra "C". No diz a respeito da alternativa de letra "C", a mesma não deve prosperar, pois a mesma contradiz o</p>			

que a questão pede, pois a mesma pede que assinale a alternativa que "NÃO" corresponde com a gramática, e a alternativa "C", apresenta erros," Uso de conectivos inadequados para criar relações semânticas entre orações", esta alternativa está correta, pois o texto de n.º 1 apresenta erro de conectivo, pois o mesmo empresa o conectivo "mas"-conjunção adversativo de forma errada, pois o emprego correto seria a conjunção "pois", uma conjunção naquele caso classificada como explicativa, portanto a mesma atente o enunciado da questão. Quanto à alternativa de letra "D", a mesma atende o enunciado da questão de n.º3, pois o texto não apresenta quebras de períodos ou orações em lugares inapropriados, portanto esta seria a alternativa correta para a questão de n.º 3. Mediante a exposição acima, sugiro a alteração do gabarito da alternativa "C" para a alternativa "D". Caso esta comissão entenda que a alternativa de letra "D" esteja também incorreta, sugiro que a mesma seja anulada, por não apresentar uma alternativa correta. Nestes termos, Pede deferimento. Cascavel, 25 de Março de 2014. Célio José de Carvalho Satyro.

RESPOSTA AO RECURSO: O reclamante afirma que a alternativa dada como adequada no gabarito provisório seria a "C", mas que ela indica alternativa que conteria "erros" relativos à gramática formal do português, pois o texto 1 mostraria o uso inadequado do conectivo "mas", adversativo, que deveria ser substituído por "pois", de caráter explicativo. Esta afirmação não procede, pois a relação feita pela autora é de caráter adversativo ou de contradição entre "ser for preconceito" e "cara de empregada doméstica". A substituição do "mas" pelo "pois" seria possível, mas alteraria o efeito de sentido almejado pela autora. Não há, pois, uso inadequado de conectivo no texto e não há, por consequência, erro gramatical no que diz respeito a este aspecto. Já com relação à alternativa "D", que o candidato afirma que não apontaria "erros" de uso gramatical, deve-se reconhecer que eles existem sim. São exemplos de quebras de período ou orações em lugares inadequados: 1) "essas medicas cubanas tem uma Cara de empregada domestica"; 2) "Deus proteja O nosso povo!". Se, nestes casos, não há quebra inadequada de período ou oração, como explicar o uso de inicial maiúscula em "Cara" e "O" no meio do enunciado. O recurso não procede e se deve manter a resposta como anunciada. **Manter a alternativa da Questão.**

Língua Portuguesa:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
06	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Na forma do artigo 49 do Edital nº 001/2013-CP/CONIMS, somente uma assertiva poderia ser considerada correta, de modo que qualquer solução dúbia ou passível de dupla interpretação estaria em conflito com o disposto no Edital, senão vejamos: "Art. 49 - A Prova Escrita, contendo questões objetivas de múltipla escolha, com cinco (5) alternativas, sendo apenas uma correta, será corrigida eletronicamente." A questão em voga, parte integrante da Prova de Língua Portuguesa, trata da interpretação de dois textos transcritos no caderno de provas. Pediu-se para que fosse identificada a assertiva que NÃO contivesse passagens que combatem, IRÔNICA ou POLEMICAMENTE, o Texto 1 (de autoria de Micheline Borges). De acordo com o Gabarito Provisória, a assertiva correta é a letra A ("este país, de saúde pública de terceira") ao passo que a Candidata Recorrente marcou a letra C ("feita esta constatação certa"). Entende-se que a resposta indicada no</p>			

GABARITO não pode ser reputada correta, uma vez que contém, de forma manifesta, CARGA POLÊMICA, diferentemente do que foi solicitado na questão. Isso porque, a OPINIÃO do Autor (Wilson Gomes) sobre o nível de qualidade da saúde pública do Brasil não é um fato OBJETIVO, mas retrata sua impressão sobre uma realidade, que de certa forma, é matéria bastante questionada (polemizada) no cenário nacional. Por outro lado, o item C, considerado correto pela Recorrente, faz menção a um FATO REAL, independentemente da carga polêmica ou irônica que tenha se dado ao todo o texto. Vale dizer, é fato objetivo que "empregadas domésticas, garçons de restaurantes, vendedores de coco na praia e presidiários brasileiros" possuem características faciais e raciais semelhantes aos cubanos ou as médicas egressas de Cuba. Trata-se, como dito, de questão evidente, de análise visual, não política, polêmica ou irônica. Como dito no próprio texto, trata-se de uma constatação certa. Ao ver desta Candidata, não há nada de irônico nesta colocação isoladamente considerada, ao passo que o trecho a que se refere o item A (tido como correto) possui uma carga muito mais agressiva e irônica, gerando interpretação dúbia na resposta da questão, o que é expressamente vedado pelo artigo 49 do Edital inaugural do certame. Sendo assim, ante a subjetividade impressa na resposta da questão, espera-se seja anulada considerando-a corretamente marcada por todos os candidatos. Sim

Discorda este candidato em relação ao gabarito da questão 06 por no mínimo trazer interpretação dúbia. A um, da forma com que a expressão "este país, de saúde pública de terceira" está aposta no pleito conduz o leitor a uma constatação irônica de repulsa que gera a polêmica quanto a qualidade da saúde pública. Não faz conotação a uma escala gradativa de saúde pública como certamente o certame está se posicionando para fins de encarar tal resposta como correta. Em contrapartida, a expressão "Feita esta constatação certa" do modo que esta aposta não exprime ao leitor qualquer conotação irônica ou mesmo polêmica, na medida em que apenas serve de encaixe para a sequência de repúdio do subscritor ao rebater o outro. O simples fato de sua colocação fazer remessa a leitura de outras colocações com cunho irônico ou polêmico não a torna por si, semelhante dentro da conotação textual. Ademais, em virtude disto, certamente a maior parte do sujeitos ao certame, certamente optar pela opção "C" como correta pelos motivos ora expostos. Assim sendo, REQUER que este certame reconheça o erro ou no mínimo a dúbia interpretação no sentido de encarar apenas a resposta "C" como correta ou alternativamente, as respostas "A" e "C" como corretas, levando a ANULAÇÃO DA QUESTÃO. Sem mais, pede deferimento. Sim

A referida questão pede para apontar qual a alternativa não se encaixa dentro do enunciado da questão com relação o texto 2, ou seja qual alternativa que não apresenta "ironia ou polemicamente", senão vejamos: O gabarito publicado aponta como correta a alternativa de letra "A". Quanto a alternativa de letra "A", a mesma diz: "este país, de saúde pública de terceira", esta frase caracteriza uma polêmica, portanto esta não se enquadra no enunciado da referida questão, devendo ser desconsiderada. Quanto alternativa de letra "C", diz: "Feita esta constatação certa", a mesma não apresenta nem ironia e nem polemica, portanto está seria a alternativa que preenche o enunciado da questão de n.º 6. Meidante ao exposto, sugiro que a lateração do gabarito da questão de n.º 6 da letra "A" para a letra "C". Neste termos Pede deferimento. Cascavel, 25 de Março de 2014. Célio José de Carvalho Satyro.

RESPOSTA AO RECURSO: Os recorrentes afirmam que a alternativa “A”, publicada como devendo ser marcada para a questão de número 6, é um enunciado irônico e polêmico e o gabarito provisório estaria equivocado. Para os recorrentes, a resposta adequada seria a alternativa “C”, efetivamente correta, pois não seria nem irônica, nem polêmica, já quealaria objetivamente sobre como o mundo é. Nenhuma das assunções procede, em virtude do que se aponta a seguir. A questão pedia que o candidato marcasse a alternativa que contivesse uma posição irônica e polêmica do texto 2 em relação ao texto 1. Apesar de se reconhecer que a alternativa “A” possui um tom crítico e pejorativo, há que se perceber que ele se dirige à saúde pública do Brasil e não ao que é abordado pelo texto de número 1. Que o tom do enunciado da alternativa “A” seja irônico, polêmico, crítico e pejorativo é verdade; que isto aconteça em relação à interação entre os dois autores dos textos base não procede. Portanto, a alternativa “A” deveria ter sido marcada, pois ela não combate irônica e polemicamente o texto 1. Com relação à alegação de que a alternativa “C” é que seria uma descrição de fatos objetivos do mundo e não uma ironia ou polêmica com relação ao texto de Micheline, basta que os reclamantes atentem para a comparação feita entre as empregadas domésticas e os médicos cubanos pela autora, comparação que é retomada pelo autor do texto 2 e agravada por mais comparações feitas à luz do princípio inicial da autora 1: eis aí uma relação de claro confronto entre os dois autores e a contundência crítica com o que o autor do texto 2 responde à autora do texto 1. Portanto, a alternativa “C” possui, sim, um acento irônico e polêmico do segundo autor com relação ao primeiro. Sendo assim, não se pode dar provimento ao recurso e se mantém o gabarito anunciado. **Manter a alternativa da Questão.**

Matemática:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
12	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A questão abordada não diz respeito ao que estava previsto para ser abordado nas questões referentes à Matemática, pois se trata de questão sobre RADICAIS, mais precisamente RACIONALIZAÇÃO DE DENOMINADORES, portanto não prevista, e a resposta dada como correta - sito letra B - trata-se de INEQUAÇÃO, que não era previsto cair na prova. Pede DEFERIMENTO deste recurso e anulação da referida questão Sim</p> <p>A presente questão deve ser anulada por falta de alternativa correta. A alternativa dada como certa pela banca foi a letra "b", ou seja, $R = 0$. Contudo, tendo em vista que se trata de mero cálculo aritmético, levando-se em conta o valor aproximado de $\sqrt{2}$ como 1,41 temos como resposta da equação proposta o valor aproximado de -10,31. Este valor não se enquadra em nenhuma das alternativas, sequer naquela apontada como correta pela banca, haja vista que o respectivo valor é menor que 0, mas não pode ser igual a 0. Nestes termos, requer a anulação da questão 12.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Recursos não procedem. O conteúdo abordado na questão refere-se ao tópico “números reais”, o qual está descrito no conteúdo programático apresentado no edital de abertura. Além disso, a alternativa apontada como correta afirmar que R é um número menor ou igual a zero e não igual a zero como descrito no recurso. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Nutricionista:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
16	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: As alternativas estão confusas, pois tanto a alternativa A como a D estão correta. Assim como a deficiência da vitamina K possui grande relação com o declínio cognitivo a vitamina C também. Segue trecho de um texto publicado: http://www.insumos.com.br/aditivos_e_ingredientes/materias/372.pdf "A disfunção cognitiva tem sido associada ao aumento do estresse oxidativo ou a deficiência em antioxidantes. Muitos pesquisadores sugerem que a disfunção cognitiva pode ser prevenida ou retardada aumentando o conteúdo de antioxidante como vitamina C, E e betacaroteno. Há várias razões que apoiam essa afirmação." Deve-se anular a questão.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: NA ALTERNATIVA D, A PRESENÇA DO ÁCIDO FÓLICO INVIABILIZA A RESPOSTA, PORTANTO MANTER A QUESTÃO. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Nutricionista:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
19	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A alternativa A com o Resveratrol também possui expressiva capacidade antioxidante e as demais funções citadas no enunciado da questão. Conforme o que diz o estudo de dissertação de mestrado na página 18. Segue link de acesso: http://www.ibb.unesp.br/posgrad/teses/farmacologia_me_2008_katiucha_rocha.PDF "Resveratrol é um polifenol com forte atividade antioxidante". Deve-se anular a questão.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: O LICOPENO POSSUI ATUAÇÃO NA PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA DANOS OXIDATIVOS CAUSADOS AOS SISTEMAS BIOLÓGICOS, QUE SÃO RECONHECIDOS COMO AS PRINCIPAIS BASES ETIOLÓGICAS DOS TIPOS DE CÂNCER. ALÉM DE SEU AGENTE QUIMIOPROTETOR, O LICOPENO ATUA TAMBÉM REDUZINDO A VELOCIDADE DA EVOLUÇÃO DE QUADROS ONCOLÓGICOS JÁ INSTALADOS. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Nutricionista:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
22	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A recomendação de fibra para diabético depende de qual indicação. A Sociedade Brasileira de Diabetes recomenda de 21 a 30g/dia. A Associação Americana de Diabetes recomenda de 25 a 50g/dia. Ficou confusa a interpretação, pois não se dizia segundo a recomendação de qual Instituição. Deve-se anular a questão.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: CONSULTAR GUIA DE MEDICINA AMBULATORIAL E HOSPITALAR: UNIFESP- ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA, 2ª EDIÇÃO – MANOLE, AUTOR : LILIAN CUPPARI, CAPÍTULO 9, PÁGINA 182. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Nutricionista:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
24	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa

RECURSO: A temperatura ótima de crescimento para a maioria das bactérias é de cerca de 37°C, e as estufas para culturas clínicas em geral são ajustadas nessa temperatura. A maioria dos microorganismos cresce bem nas temperaturas ideais para os seres humanos e animais. Contudo, certas bactérias são capazes de crescer em extremos de temperatura que certamente impediriam a sobrevivência de quase todos os organismos eucarióticos. Cada espécie bacteriana cresce a uma temperatura mínima, ótima e máxima específica. A temperatura mínima de crescimento é a menor temperatura na qual a espécie pode crescer. A temperatura ótima de crescimento é a temperatura na qual a espécie cresce melhor. Os microorganismos mesófilos (temperatura de crescimento entre 25 e 40°C) são os microorganismos mais comumente encontrados. Os microorganismos que se adaptaram a viver dentro dos corpos dos animais geralmente têm uma temperatura ótima próxima daquela de seus hospedeiros. Departamento de Microbiologia e Parasitologia – Universidade Federal de Santa Maria.

“A temperatura ótima de crescimento para a maioria das bactérias patogênicas é de cerca de 37°C” Página 2
http://coral.ufsm.br/microgeral/Conteudo%20teorico/crescimento_microbiano.pdf As psicrófilas, têm temperatura ótima de crescimento entre 20 - 35°C; - as mesófilas, têm temperatura ótima de crescimento entre 30 - 45°C; - as termófilas têm temperatura ótima de crescimento entre 45 - 70°C. Notamos, portanto, que qualquer organismo vivo, com temperaturas da ordem dos 35-40°C está bem dentro do limiar ótimo de desenvolvimento bacteriano para organismos mesófilos. Os restantes grupos são menos comuns e ocupam meios muito específicos.
<http://avilandia.planetaclix.pt/Portugues/Artigos/FactoresDeterminamCrecimentoBacteriano.htm> Questão deve ser anulada.

RESPOSTA AO RECURSO: SEGURANÇA DE ALIMENTOS NO COMÉRCIO ATACADO E VAREJO. AUTORAS-SENAC 2011, BRIGGITTE BERTIN, FÁTIMA MENDES, PÁGINA 35. EMBORA HAJA DESENVOLVIMENTO DE MICRORGANISMOS ENTRE - 8 GRAUS E 90 GRAUS, EXISTE UMA TEMPERATURA CONSIDERADA ÓTIMA PARA O CRESCIMENTO MICROBIANO QUE É 35 GRAUS C. **Manter a alternativa da Questão.**

Nutricionista:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
30	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A questão 30 refere-se à quantidade de energia ofertada pela fração de proteínas de uma preparação de 100g. Sendo que a quantidade de proteína dessa preparação é de 13,5g. Levando em consideração, o Fator de Atwater, onde cada grama de proteína corresponde a 4,0 Kcal. O valor de calorias ofertado por essa preparação proveniente da fração de proteína seria de 54 kcal. Essa opção não consta nas opções de resposta. Mesmo considerando o coeficiente de digestibilidade da proteína não há opção correta nas alternativas. A alternativa B estaria correta se a quantidade em gramas considerada fosse de 13,05, e não 13,5. Se a fração de proteína na preparação era de 13,5 gramas. O valor energético vindo desse macronutriente é 54 calorias. Veja o raciocínio: 1 grama de proteína = 4 calorias (valor tabelado). Fala-se que tem 13,5 gramas de proteína na porção, logo é só multiplicar por 4= 54 calorias. Não havia nenhuma alternativa com essa resposta. Questão precisa ser anulada. Observação: O edital não continha referencial bibliográfico para estudo apenas o conteúdo de prova.</p>			

RESPOSTA AO RECURSO: O raciocínio está correto, houve falha no enunciado, era para constar 13,05 gramas e não 13,5 gramas. Portanto a questão precisa SER ANULADA. **Anular a Questão.**

Odontólogo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
19	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: No enunciado da questão 19 lê-se : 19. Uma equipe completa de ESB é composta por: Faltam informações no enunciado sobre a modalidade da equipe, sabendo que existem as modalidades de equipes ESB 1, 2 e 3, sendo que a de numero 1 é composta por 1 CD e 1 ACD (alternativa B da questão) e a equipe de modalidade 2 é composta por 1 CD, 1 ACD e 1 THD (alternativa C da questão), então o enunciado da questão 19 encontra-se incompleto impossibilitando a escolha de uma alternativa correta. Segue em anexo um link do ministerio da saúde que exemplifica a composição das equipes de ESB : http://dab.saude.gov.br/cnsb/estrategia_saude_da_familia.php.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Realmente o interesse era indicar uma equipe de ESB tipo II, neste sentido faltou à indicação do tipo. Procedo ao pedido e invalido a questão. Anular a Questão.</p>			

Odontólogo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Na questão 21 em relação às responsabilidades de cada nível de governo no Programa Saúde da Família, compete às Secretarias Municipais de Saude, EXCETO: No gabarito divulgado a alternativa incorreta (que deveria ser marcada) é a letra A que diz, A) capacitar e garantir o processo de educação permanente aos profissionais de saúde, membros das ESF, por meio dos Polos de Capacitação em Saúde da Família, a fim de articular demandas e participar da coordenação de propostas. Já no caderno da Política Nacional de Atenção Básica diz que são responsabilidades comuns de todas as esferas do governo: - Desenvolver mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação da força de trabalho para gestão e atenção à saúde, valorizar os profissionais de saúde estimulando e viabilizando a formação e educação permanente dos profissionais das equipes...(Política Nacional de Atenção Básica, pagina 27, item VI) E que é responsabilidade das Secretarias municipais de saúde: Desenvolver ações e articular instituições para formação e garantia de educação permanente aos profissionais de saúde das equipes de atenção básica e das equipes de Saúde da Família (Política Nacional de Atenção Básica, pagina 32, item VIII).</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Apesar de ser sempre a responsabilidade compartilhada, existe as responsabilidades de cada nível, a formação de polos para capacitação é de responsabilidade Estadual, o que não exclui os municípios de o fazerem. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Psicólogo:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
22	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa

RECURSO: Um indivíduo consciente não vai melhorar o coletivo, pois este, podem estar alienado, por conta da logica do coletivo e das políticas do SUAS. A questão ficou mal elaborada. A letra C seria a mais coerente.

RESPOSTA AO RECURSO: Freitas (2000) explica que a Psicologia Social Comunitária fomenta a autonomia dos indivíduos para que assumam seu papel de sujeitos de suas próprias histórias, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para problemas enfrentados.

Em relação a alternativa C - Esta errada porque o termo assistencialista caracteriza uma forma de intervenção que visa a implementação de melhorias de vida sem a participação ativa do individuo ou grupo em análise, isso destitui o individuo ou grupo da possibilidade de criar condições para gerir suas vidas. **Manter a alternativa da Questão.**

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Auxiliar Administrativo I

QUESTÃO:	RESULTADO:		
18	<input type="radio"/> Manter a Questão	<input checked="" type="radio"/> Anular a Questão	<input type="radio"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A alternativa "A", que está indicada como correta no gabarito, afirma que: "... O tamanho dos retângulos DEVE ser proporcional à importância hierárquica de cada órgão." A palavra DEVE expressa obrigatoriedade, porém vários trabalhos e autores trazem essa condição (relação do tamanho dos retângulos com nível hierárquico) como opcional, dependendo da necessidade e cultura de cada empresa. Tal informação pode ser confirmada de acordo com material fornecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a respeito de Organogramas: "O tamanho dos retângulos para cada órgão PODE variar para cada nível hierárquico..." LGTI - Local Government Training Institute (apud UFRRJ, 2014, p.8). Desta maneira, a palavra PODE é compreendida no contexto da frase como uma condição optativa.</p> <p>*Disponível em: http://www.ufrj.br/codep/materialcursos/gerenciamento/gerenciamentotempo/CG_P_Organograma,%20Fluxograma%20e%20QDT.pdf Francisco Lacombe, autor contemporâneo de Administração, classifica nove tipos de organogramas, porém, apenas um destes (Organograma em barra) representa os níveis hierárquicos de acordo com o tamanho dos retângulos. Tendo em vista que a questão não informa a que tipo de organograma se refere, o leitor interpreta a questão como generalista, pois os outros oito tipos de organograma não impõem obrigatoriedade quanto ao tamanho dos retângulos. *Fonte: LACOMBE, F.J.M.; Heilborn, G.L.J. Administração: princípios e tendências. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Outra observação se refere a alternativa E, onde um estudo publicado na revista RAE (Revista de Administração de Empresas) da FGV, de autoria de Yolanda Ferreira Balcão, demonstra os organogramas clássicos utilizados pelas empresas europeias, norte-americanas e brasileiras. Com relação ao modelo brasileiro, não se encontra nenhuma obrigatoriedade em relação ao tamanho dos retângulos, inclusive, Yolanda relata que em organismos mais complexos, a representação do organograma pode ser circular, permitindo um resumo gráfico menor da organização, o que torna a alternativa "E" passível de ser considerada correta. *Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901965001700004.pdf.</p>			

Deste modo, conclui-se que o fato de a alternativa "A" incluir que DEVE ser alterado o tamanho dos retângulos de acordo com o nível hierárquico, contraria o que a grande maioria dos autores afirma, tornando-a falsa.

RESPOSTA AO RECURSO: Embora a questão tenha sido baseada no autor Antonio Cury (Organização & Métodos - Uma Visão Holística, 2007, 8ª ed. Editora Atlas S.A.), em função da questão não ter destacado o tipo de organograma tratado nas alternativas, a questão deve ser invalidada. **Anular a Questão.**

Língua Portuguesa:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
01	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A referida questão aborda o assunto de interpretação textual e aponta a alternativa E como resposta correta. A alternativa mencionada afirma que se pode substituir "pois" por "contudo" ou "embora" devido à equivalência de sentido entre eles. Pede-se a correção da referida questão levando em consideração as regras de uso das conjunções. Portanto aponto a alternativa A como correta pois, fazendo uso de técnicas de análise e referências textuais, encontra-se que os termos "estes" e "outros" referem-se ao mesmo termo, ou seja, o termo "homens" como aponta a questão. Levando em considerações essas afirmações, peço que analisem a alternativa A como correta para essa questão.</p> <p>Recurso referente Questão 11 Auxiliar Administrativo I A questão não tem resposta correta. A resposta apontada como correta no gabarito, seria a resposta para o caso em que 501 fosse a quantidade diminuída de casos de dengue entre os 2 períodos. ($1269 - 39,48\% = 767,99$ e não 501 como sugere a resposta) A resposta correta seria 60,52% pelos seguintes fatores: 1) $1269 - 501 = 768$ (quantidade de casos reduzidos entre o primeiro e o segundo período) $768 / 1268 = 0,6052 = 60,52\%$ (quantidade de casos reduzidos entre os dois períodos, dividida pela quantidade inicial de casos) * 100 2) Pensando logicamente: De 501 para 1269 temos uma diferença maior que o dobro, logo o percentual deve ser maior que 50%. 3) Se calcularmos $1269 - 60,52\%$ o resultado é exatamente 501.</p> <p>Rever a alternativa 'A'. Pois entende-se que estes e outros referem-se aos homens. "Hoje mais do que nunca, a humanidade necessita de homens conscientes[...], sendo assim, estes (HOMENS) poderão ensinar aos outros (HOMENS) a fazer o mesmo[...]"</p> <p>NA QUESTÃO 27, DISCORDO COMPLETAMENTE COM A ALTERNATIVA C COMO RESPOSTA CORRETA. PORQUE UMA MEDICAÇÃO INJETÁVEL PODE SER PRESCRITA MESMO COM A POSSIBILIDADE DE VIA ORAL, O MÉDICO E ATÉ MESMA A PACIENTE PODE OPTAR. SENDO ASSIM ACREDITO QUE A RESPOSTA CORRETA É A LETRA D.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Os recursos afirmam que a alternativa divulgada como correta seria a letra "E", quando, na verdade, no gabarito do nível médio a correta é dada como a "D". E este é realmente o caso, já que apenas a alternativa de letra "D" está certa de acordo com o fragmento de texto. Quanto a alternativa "A" ser a correta e não a "D", isto não procede, pois "estes" se refere aos "homens conscientes", "que pensem e que saibam pensar bem" e "outros" diz respeito aos homens que não possuem estas qualidades e virtudes. "Estes" são uns e "outros" são outros e não os mesmos "homens". Manter a alternativa da Questão.</p>			

Língua Portuguesa:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
04	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A pergunta 4 refere-se ao trecho que NÃO é tratado no fragmento. Sendo assim, como a alternativa "C" poderia estar INCORRETA? Como o fragmento não poderia estar falando de transitoriedade? A transitoriedade pode ser compreendida ao afirmar que "as horas amargas da vida irão passar".</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: O recursante afirma que, na questão 4, a alternativa publicada como correta não poderia ser a letra "C", já que o fragmento de texto trataria também de "transitoriedade da vida" e, portanto, não se poderia dizer que ele não trata deste tema. O equívoco do recuso reside no fato de o candidato apagar o sintagma "da vida". Se a alternativa "C" afirmasse que o texto não trata apenas de "transitoriedade", o candidato teria razão, pois o fragmento fala, sim, sobre o tema. Mas a alternativa não trata de "transitoriedade", mas de "transitoriedade da vida" e este tema efetivamente não é abordado pelo fragmento. A transitoriedade de que o fragmento fala é dos problemas e não "da vida". O recurso não procede, portanto, e a questão e a resposta devem ser mantidos como publicados. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Matemática:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
11	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Os valores apresentados na questão são: 501 no ano atual e 1269 no ano retroativo. A questão pede a diferença em % entre os períodos. A diferença seria de aproximadamente 60,5% sendo assim a resposta correta seria a alternativa E) com 40,5 % sendo o resultado mais próximo.</p> <p>A questão deixa bem claro que o que se procura saber é "o número que melhor aproxima a porcentagem de casos de dengue, QUE DIMINUIU,...". Considerando-se um cálculo de exemplo simples em que 100 é um número inicial e 30 seria um número posterior, a diferença de diminuição do número anterior para o posterior é de 70% pois os 30 são correspondentes à 30% que PERMANECERAM ou se REPETIRAM! Ou seja, levando em consideração a questão de número 11, em que se deixa claro que o número de casos registrados de dengue foi de 1269 no ano anterior e de 501 no ano posterior a resposta contida no gabarito informa a quantidade percentual da média de casos que se MANTEVE em relação ao ano anterior, e o valor percentual mais aproximado de casos que DIMINUIRAM em relação ao ano anterior foi de 60,52% à menos! Logo, diante das alternativas dispostas deixa claro que a alternativa com a resposta mais aproximada do valor buscado é a letra "E" que estipula o percentual de 40,5%, maior do que nas opções A, B, C e D e sendo assim, a mais próxima de 60,52%, que é o percentual de diminuição de casos. Eu optei pela letra E. Acredito que da maneira em que o questionamento foi colocado, fica evidente que o que se procura é o percentual que diminuiu, e não o que se manteve em relação ao ano anterior. Obrigado pela atenção!</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Recursos procedem. Como descrito no enunciado da questão, deseja-se saber qual é o número que melhor aproxima a porcentagem de casos de dengue que diminuiu quando comparado com o ano anterior e não qual é a porcentagem do período atual. Assim a alternativa correta é a E. Mudar a</p>			

alternativa da questão para a letra “E”.

Matemática:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
15	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Boa noite! A questão de nº 15 ficou duvidosa no momento onde fala "dois quintos do valor", mas de qual valor dos 25.000 ou dos 12.500. Acredito que a pergunta deveria estar explicando melhor essa parte. Mostrei a um Professor e ele também ficou na dúvida. Respeitosamente Lourdes</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Recurso não procede. no enunciado da questão está descrito que metade do valor deve ser pago a vista, dois quintos do valor deve ser pago em 30 dias e o restante em 60 dias, sem juros. Assim, entende-se que refere-se ao mesmo valor, no caso 25.000 reais. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Técnico em Enfermagem:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
27	<input type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input checked="" type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Nesta questão pede-se que se assinale a CORRETA, elegendo a letra C como opção certa. Essa opção de resposta não corresponde a práticas assistenciais, pois coloca que as medicações injetáveis (SÓ devem ser prescritas na IMPOSSIBILIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE VIA ORAL), Os critérios de escolha da via injetável vão muito além do exposto sendo: Origem da droga (Ex.: Adrenalina, algumas vacinas) Volume de drogas (grandes quantidades de soro) resposta rápida.... Para tanto, pede-se anulação desta questão.</p> <p>NESTA QUESTÃO DE Nº 27, DISCORDO COMPLETAMENTE DA RESPOSTA C COMO CORRETA. PORQUE AS MEDICAÇÕES INJETAVEIS PODE SER PRESCRITO MESMO TENDO A POSSIBILIDADE DE MEDICAÇÃO VIA ORAL, DEPENDE DA OPÇÃO DO MÉDICO E ATÉ MESMO DO PACIENTE. SENDO ASSIM A RESPOSTA CORRETA SERIA A DE LETRA D.</p> <p>A QUESTAO DE NUMERO 27, DISCORDO DA ALTERNATIVA C, CORRESPONDENTE A ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA ORAL, SENDO QUE NEM TODAS AS MEDICAÇÕES SÃO DE VIA ORAL, E ISSO DEPENDE DA CONDUTA DE CADA MEDICO E O ESTADO DO PACIENTE.</p> <p>DISCORDO COM ALTERNATIVA C DA QUESTAO 27, CORRESPONDENTE A ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA ORAL, SENDO QUE NEM TODAS AS MEDICAÇÕES SÃO DE VIA ORAL, E ISSO DEPENDE DA CONDUTA DE CADA MEDICO E DO ESTADO DE CADA PACIENTE</p> <p>DISCORDO DA ALTERNATIVA C DA QUESTAO 27, CORRESPONDENTE A ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA ORAL, SENDO QUE NEM TODAS AS MEDICAÇÕES SÃO DE VIA ORAL, E ISSO DEPENDE DA CONDUTA DE CADA MEDICO E DO ESTADO GERAL DO PACIENTE.</p> <p>DISCORDO COM ALTERNATIVA C DA QUESTAO NUMERO 27, CORRESPONDENTE A ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA ORAL, SENDO QUE NEM TODAS AS MEDICAÇÕES SÃO DE VIA ORAL, E ISSO DENPENDE DA CONDUTA DE CADA MEDICO E DO ESTADO GERAL DE CADA PACIENTE.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: O recurso procede. Alterar gabarito para letra D. Mudar a alternativa da questão para a letra “D”.</p>			

Técnico em Enfermagem:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
28	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A QUESTÃO APRESENTA DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS. DE ACORDO COM A FORMULA DA MICROGOTA A ALTERNATIVA -C- APRESENTA SE INCORRETA, MAS A ALTERNATIVA -D- TAMBÉM APRESENTA-SE INCORRETA, POIS A FORMULA DA MICROGOTA NÃO É MULTIPLICADA POR 3. A FORMULA DE ACORDO COM A LITERATURA APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA: N° DE MICROGOTAS/MIN = V/T, ONDE V = VOLUME DIVIDIDO PELO T = TEMPO EM HORAS.</p> <p>A QUESTÃO 028 APRESENTA DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS. DE ACORDO COM A FORMULA DA MICROGOTA A ALTERNATIVA -C- APRESENTA SE INCORRETA, MAS A ALTERNATIVA -D- TAMBÉM APRESENTA-SE INCORRETA, POIS A FORMULA DA MICROGOTA NÃO É MULTIPLICADA POR 3. A FORMULA DE ACORDO COM A LITERATURA APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA: N° DE MICROGOTAS/MIN = V/T, ONDE V = VOLUME DIVIDIDO PELO T = TEMPO EM HORAS.</p> <p>A QUESTÃO APRESENTA DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS. DE ACORDO COM A FORMULA DA MICROGOTA A ALTERNATIVA -C- APRESENTA SE INCORRETA, MAS A ALTERNATIVA -D- TAMBÉM APRESENTA-SE INCORRETA, POIS A FORMULA DA MICROGOTA NÃO É MULTIPLICADA POR 3. A FORMULA DE ACORDO COM A LITERATURA APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA: N° DE MICROGOTAS/MIN = V/T, ONDE V = VOLUME DIVIDIDO PELO T = TEMPO EM HORAS.</p> <p>A 28 QUESTÃO APRESENTA DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS. DE ACORDO COM A FORMULA DA MICROGOTA A ALTERNATIVA -C- APRESENTA SE INCORRETA, MAS A ALTERNATIVA -D- TAMBÉM APRESENTA-SE INCORRETA, POIS A FORMULA DA MICROGOTA NÃO É MULTIPLICADA POR 3. A FORMULA DE ACORDO COM A LITERATURA APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA: N° DE MICROGOTAS/MIN = V/T, ONDE V = VOLUME DIVIDIDO PELO T = TEMPO EM HORAS.</p> <p>A QUESTÃO APRESENTA DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS. DE ACORDO COM A FORMULA DA MICROGOTA A ALTERNATIVA -C- APRESENTA- SE INCORRETA, MAS A ALTERNATIVA -D- TAMBÉM APRESENTA-SE INCORRETA, POIS A FORMULA DA MICROGOTAS NÃO É MULTIPLICADA POR 3. A FORMULA DE ACORDO COM A LITERATURA APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA: N° DE MICROGOTAS /MIN = V/T, ONDE v = VOLUME DIVIDIDO PELO T = TEMPO EM HORAS.</p> <p>Boa tarde! resposta correta (gabarito C), o enunciado da questão se refere a alternativa incorreta em relação ao gotejamento de soluções, portanto a alternativa D também está errada, pois para realizar o cálculo de microgotas, usa-se a fórmula: N° de microgotas = volume em ML sobre o tempo, não se multiplica por o resultado por 3. a multiplicação só se pede em macrogotas. portanto discordo da alternativa do gabarito provisório e gostaria que a questão fosse reavaliada. grata pela atenção Jelis Dall Alba</p> <p>PARA ENCONTRAR A ALTERNATIVA INCORRETA: C) 500 ML DIVIDIDO POR 4 HS VEZES 3 = 40 GTS - ESTE É INCORRETA MAS NA ALTERNATIVA D TBEM É INCORRETA POIS A FORMULA DE MICROGOTAS NAO SE MULTIPLICA POR 3, DIVIDE O VOLUME PELO TEMPO.</p> <p>Esta questão elege a alternativa C como opção para a pergunta, sendo que 500 ml infundido em 4 horas usando a formula de microgotas é 125 micro e nao 40 gotas conforme está na resposta... Porém a resposta D também nao corresponde as práticas assistenciais, sendo que a formula de microgotas é : N° de microgotas = V ----</p>			

----- T NAO MULTIPLICANDO POR 3. OBS: V = volume (ml) T = tempo (horas) Fonte Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos Coren de São Paulo.

PARA ENCONTRAR A ALTERNATIVA INCORRETA: C) 500 ML DIVIDIDO POR 4 HS VEZES 3 = 40 GTS - ESTA É INCORRETA. MAS NA ALTERNATIVA D TBEM É INCORRETA POIS A FORMULA DE MICROGOTAS NAO SE MULTIPLICA POR 3, SÓ DIVIDE E VOLUME PELO TEMPO.

PARA ENCONTRA A ALTERNATIVA INCORRETA: C) 500 ML DIVIDIDO POR 4 HS VEZES 3 = 40 GTS - ESTA É INCORRETA. MAS NA ALTERNATIVA D TBEM É INCORRETA, POIS A FORMULA DE MICROGOTAS NAO SE MULTIPLICA POR 3, DIVIDE O VOLUME PELO TEMPO.

Esta questão elege a alternativa C como opção para a pergunta, sendo que 500 ml infundido em 4 horas usando a formula de microgotas é 125 micro e nao 40 gotas conforme está na resposta... Porém a resposta D também nao corresponde as práticas assistenciais, sendo que a formula de microgotas é : N° de microgotas = V ----

----- T NAO MULTIPLICANDO POR 3. OBS: V = volume (ml) T = tempo (horas) Fonte Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos Coren de São Paulo.

ALTERNATIVA INCORRETA: C) 500 ML DIVIDIDO POR 4 HS VEZES 3 = 40 GOTAS - ESTA INCORRETA. MAS A ALTERNATIVA (D) TBEM É INCORRETA, POIS A FORMULA DE MICROGOTAS NAO SE MULTIPLICA POR 3, SÓ DIVIDE O VOLUME PELO TEMPO.

RESPOSTA AO RECURSO: Tendo em vista que o argumento de todos os candidatos é o mesmo, deduzo que todos estudaram pelo material disponibilizado pelo COREN-SP. Entretanto peço-lhes que prestem atenção ao constante na alternativa A, onde consta que 1 gota equivale a 3 micro gotas. Considerem a constante apresentada pelo material referido 20 para gotas e 60 para micro gotas, e que um ml equivale a 20 gotas e este mesmo ml equivale a 60 micro gotas, que nada mais é que o 20 multiplicado por 3. Também é possível transformar ml em gotas e horas em minutos e realizar tal cálculo através da regra de 3. É indiferente se realizo a multiplicação dos mls e uso na operação ou se multiplico no final. Verificar em livros de técnicas básicas de enfermagem, e nos de calculo e administração de medicamentos na enfermagem. **Manter a alternativa da Questão.**

Técnico em Enfermagem:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
29	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: A ALTERNATIVA -B- REALMENTE ESTÁ INCORRETA.MAS A LETRA -E- TAMBEM APRESENTA-SE DE FORMA INCORRETA POIS A NR 32:APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA 32.5 Dos Resíduos 32.5.1 Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos: a) segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos; b) definições, classificação e potencial de risco dos resíduos; c) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento; d) formas de reduzir a geração de resíduos; e) conhecimento das responsabilidades e de tarefas; f) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos; g) conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta; h) orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. E A QUESTÃO FALA QUE A NORMA NÃO VISA AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE,POR ISSO É INCORRETA. Sim</p>			

A ALTERNATIVA -B- REALMENTE ESTÁ INCORRETA.MAS A LETRA -E- TAMBEM APRESENTA-SE DE FORMA INCORRETA POIS A NR 32:APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA 32.5 Dos Resíduos 32.5.1 Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos: a) segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos; b) definições, classificação e potencial de risco dos resíduos; c) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento; d) formas de reduzir a geração de resíduos; e) conhecimento das responsabilidades e de tarefas; f) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos; g) conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta; h) orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. E A QUESTÃO FALA QUE A NORMA NÃO VISA AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE,POR ISSO É INCORRETA.

A ALTERNATIVA -B- REALMENTE ESTÁ INCORRETA.MAS A LETRA -E- TAMBEM APRESENTA-SE DE FORMA INCORRETA POIS A NR 32:APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA 32.5 Dos Resíduos 32.5.1 Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos: a) segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos; b) definições, classificação e potencial de risco dos resíduos; c) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento; d) formas de reduzir a geração de resíduos; e) conhecimento das responsabilidades e de tarefas; f) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos; g) conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta; h) orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. E A QUESTÃO FALA QUE A NORMA NÃO VISA AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE,POR ISSO É INCORRETA.

A ALTERNATIVA -B- REALMENTE ESTÁ INCORRETA.MAS A LETRA -E- TAMBEM APRESENTA-SE DE FORMA INCORRETA POIS A NR 32:APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA 32.5 Dos Resíduos 32.5.1 Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos: a) segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos; b) definições, classificação e potencial de risco dos resíduos; c) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento; d) formas de reduzir a geração de resíduos; e) conhecimento das responsabilidades e de tarefas; f) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos; g) conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta; h) orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. E A QUESTÃO FALA QUE A NORMA NÃO VISA AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE,POR ISSO É INCORRETA.

A ALTERNATIVA -B- REALMENTE ESTÁ INCORRETA.MAS A LETRA -E- TAMBEM APRESENTA-SE DE FORMA INCORRETA POIS A NR 32:APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA 32.5 Dos Resíduos 32.5.1 Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos: a) segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos; b) definições, classificação e potencial de risco dos resíduos; c) sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento; d) formas de reduzir a geração de resíduos; e) conhecimento das responsabilidades e de tarefas; f) reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos; g) conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta; h) orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. E A QUESTÃO FALA QUE A NORMA NÃO VISA AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE,POR ISSO É INCORRETA.

RESPOSTA AO RECURSO: A NR-32 tem por objeto a saúde e a segurança do

trabalhador, daí sua abordagem sobre os resíduos. Para o programa de gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde (PGRSS) deve-se seguir o disposto na RDC nº 306 da ANVISA (2004), e o seu tratamento e a disposição final segue o preconizado pela RES. Nº 358 do CONAMA (2005). Portanto a capacitação citada como obrigatória por parte do empregador visa à proteção do trabalhador e sua atuação, mas não ao programa em si ou ao seu gerenciamento, sendo esta uma questão bem mais abrangente que os itens citados na referida NR. **Manter a alternativa da Questão.**

Técnico em Informática:

QUESTÃO:	RESULTADO:		
21	<input checked="" type="checkbox"/> Manter a Questão	<input type="checkbox"/> Anular a Questão	<input type="checkbox"/> Mudar a Alternativa
<p>RECURSO: Na questão caso seja efetuado o nos campos D3 e D4 o mesmo valor do campo D2, a soma dos valores seria de: 9 sendo (3 + 3 + 3 = 9. Favor verificar a questão .</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: Equivocado o entendimento do conteúdo da questão. No caso o que será colado para as células D3 e D4 é a fórmula contida em D2 (com a atualização dos dados de origem da linha 2 para 3 e 4, respectivamente). Desta forma, a resposta correta é 13. Manter a alternativa da Questão.</p>			

Art. 2º - Os gabaritos definitivos serão publicados na forma de Edital por parte da **COGEPS/UNIOESTE, até o dia 01 de abril de 2014.**

Publique-se e cumpra-se.

Pato Branco, 01 de Abril de 2014.

ANTONIO CELSO PILONETTO
Presidente do CONIMS

ODETE PEGORARO ROSA
Presidente da Comissão de Seleção Pública